



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**ELAYNE DO NASCIMENTO LOPES**

**Heroínas negras brasileiras através de cordéis: reflexões e propostas  
para um ensino de História antirracista e antissexista**

**Brasília,**  
**2022**

**ELAYNE DO NASCIMENTO LOPES**

**Heroínas negras brasileiras através de cordéis: reflexões e propostas  
para um ensino de História antirracista e antissexista**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de  
História do Instituto de Ciências  
Humanas da Universidade de Brasília  
como requisito parcial para a obtenção  
do grau de licenciado/bacharel em  
História.

Orientadora: Profa. Dra. Susane Rodrigues de Oliveira

Brasília

2022

## **Heroínas negras brasileiras através de cordéis: reflexões e propostas para um ensino de História antirracista e antissexista**

RESUMO: Este artigo apresenta algumas reflexões e propostas para um ensino de História das mulheres negras com foco nas lutas e resistências à escravidão no período colonial brasileiro. A partir de uma discussão das narrativas presentes no livro “Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis”, de autoria de Jarid Arraes (2017), tais propostas ressaltam a importância e as potencialidades educativas da literatura de cordel na promoção de um ensino de História antirracista e antissexista, pautado na desconstrução do gênero (LOURO, 1995), no desenvolvimento do pensamento crítico (HOOKS, 2020) e na abordagem ética e estética da escravidão enquanto tema sensível (PEREIRA; SEFFNER, 2018; ALBERTI, 2014; FARIAS, 2016). Com esse objetivo busca-se romper com o racismo e sexismo que por muito tempo estigmatizou e silenciou as identidades, experiências, saberes e práticas de mulheres negras nos saberes históricos escolares.

PALAVRAS-CHAVE: cordéis; ensino de História; mulheres negras; antirracista; antissexista.

### **INTRODUÇÃO**

As mulheres, em nenhum momento, estiveram ausentes da História. Porém, as narrativas históricas hegemônicas que circulam nas escolas e universidades tenderam a apagar ou diminuir o protagonismo das mulheres em diferentes tempos e espaços. Nessas narrativas, as mulheres, geralmente, não são vistas como protagonistas centrais ou principais. Quando não excluídas ou ignoradas, elas apenas figuram em papéis secundários ou coadjuvantes nos cenários onde a atuação, liderança e dominação dos homens (especialmente brancos, heterossexuais, cristãos e das camadas sociais mais privilegiadas economicamente) ganham maior centralidade e importância. Não por acaso, as historiadoras feministas vêm há muito tempo denunciando e desconstruindo a historiografia que exclui as mulheres ou que reforça e naturaliza a sua imagem apenas

como mães, esposas, companheiras, amantes ou mulheres excepcionais (fora do comum) quando exercem algum protagonismo de destaque em espaços tidos como masculinos: governo, política, guerras, ciência, economia, diplomacia etc.

Desde a primeira metade do século XX, a história enquanto ciência vem passando por uma série de redefinições e ampliação de métodos, fontes, problemas, epistemologias e regras profissionais. Nesse movimento, ampliam-se também os debates, reflexões e reivindicações sobre a função social e educativa da história. Os/as historiadores/as uniram forças também para escrever histórias plurais com novas abordagens e novos sujeitos históricos. Assim, “Se abandonaram os ‘tempos fortes’ por uma memória cotidiana das ‘pequenas gentes’ (os subalternizados)” (MONTAÑO, 2008).

A Nova História operou grandes mudanças na produção historiográfica com a ampliação das fontes e dos objetos de pesquisa, além de promover uma efervescência epistemológica e uma pluralização do campo de pesquisas históricas. Dessa forma, certos sujeitos históricos, que antes haviam sido excluídos ou ignorados, passaram a ser considerados, como, por exemplo, as mulheres. De acordo com Rüsen,

Quanto aos conteúdos da evocação histórica, pode-se afirmar que a historiografia pós-moderna assume a defesa das vítimas da modernização, sobretudo das camadas sociais inferiores –, bem como, o que não deve ser esquecido, a defesa das mulheres. A história das mulheres e dos gêneros liga-se estreitamente, em grande parte, à concepção pós-moderna da história. Dentre as principais concepções da experiência histórica, a historiografia pós-moderna extrai sua inspiração da antropologia cultural e etnologia. (1997, p. 93 Apud FERREIRA, 2005, p.09)

A inserção da figura feminina dentro da historiografia vem como resultado dos movimentos de questionamento do discurso sexista e androcêntrico predominante na historiografia moderna, que se impôs com a pretensão de estabelecer verdades absolutas e universais sobre os fatos do passado. Desde os anos 1960, o desenvolvimento da história das mulheres na academia estimula uma série de transformações, conferindo relevância a documentos ou fontes que eram vistos como “não convencionais” para a reconstituição dos processos históricos em que mulheres são apresentadas como agentes. Destacou-se, portanto, a potencialidade desses documentos marginalizados no bojo das chamadas fontes oficiais de arquivos (GONÇALVES, 2006, p. 88).

A história das mulheres, apesar de ainda ser tratada como um complemento ou apêndice da história dos chamados grandes acontecimentos, especialmente por aqueles que se incomodam com a sua expansão dentro da academia, trouxe uma reavaliação crítica dos critérios científicos e historiográficos existentes, contribuindo assim para uma expansão das noções tradicionais do que é relevante dentro da historiografia.

Historiadores/as feministas, nos últimos anos, tocados/as pelo ímpeto de romper com as perspectivas historiográficas sexistas e androcêntricas, se dedicaram academicamente a conferir visibilidade às mulheres na História. Dessa forma,

a pesquisa feminista recente por vezes contribuiu para essa reavaliação do poder das mulheres. Em sua vontade de superar o discurso miserabilista da opressão, de subverter o ponto de vista da dominação, ela procurou mostrar a presença, a ação das mulheres, a plenitude dos seus papéis, e mesmo a coerência de sua “cultura” e a existência dos seus poderes (PERROT, 2017, p. 179).

As concepções modernas acerca da constituição/conceituação do sujeito histórico tido como neutro e universal, ganhou críticas e novas perspectivas, especialmente nos estudos feministas, pós-coloniais e pós-estruturalistas, na promoção de “uma gama de sujeitos reais: mulheres, homens, negros, brancos, europeus, não-europeus, cujas construções sociais e subjetivas são específicas” (MIRANDA, 2014, p. 106). Tais mudanças colaboram ainda mais para o enriquecimento e pluralização da história das mulheres.

Nesse movimento, especialmente nos 1980 e 1990, a introdução do gênero como categoria de análise histórica (SCOTT, 1995) fortaleceu ainda mais o campo da história das mulheres e ampliou suas perspectivas teóricas. Esse termo se fez presente, inicialmente, entre as feministas norte-americanas com o intuito de evidenciar que as distinções pautadas no sexo têm um caráter histórico e cultural, são invenções humanas e variáveis no tempo e espaço. Dessa maneira, os estudos de gênero romperam com o determinismo biológico na compreensão das identidades e experiências de mulheres e homens na história. Nessa perspectiva, os estudos feministas pós-estruturalistas avançaram na compreensão do gênero como um “sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade” (LAURETIS, 1994, p. 212).

Preocupadas com os estudos acerca das mulheres e, especialmente, com o tratamento de vida e experiências delas como algo a parte ou separado dos

acontecimentos sociais, as feministas fizeram uso do gênero, a fim de mostrar a relação entre o mundo dos homens e das mulheres; além do modo como o gênero se articula a outros aspectos da vida social como a política, a economia, a classe, a raça, a etnia, a orientação sexual e os grandes acontecimentos históricos. Conforme Davis afirma,

Penso que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos tratar somente do sexo sujeito, assim como um historiador de classe não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é compreender a importância dos sexos, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la (1975, v.3, p.90 apud SCOTT, 1995, p.72).

É importante ainda destacar que a inclusão das mulheres na historiografia ganha novas perspectivas e dimensões no surgimento do pensamento pós-moderno dentro do ambiente acadêmico. Não obstante, é necessário observar que essa inclusão também se relaciona com a pluralização dos movimentos feministas, na segunda metade do século XX, e com a multiplicidade de demandas das mulheres por histórias e memórias que fortaleçam suas diferentes identidades, lutas, reivindicações e conquistas no tempo presente.

Não por acaso, nas últimas décadas do século XX, houve um aumento de ações e debates sobre a necessidade de incluir as mulheres também nos currículos da educação de base, objetivando a promoção da equidade de gênero nas escolas, bem como da educação antissexista. Apesar dos avanços no campo historiográfico, a história das mulheres nos currículos escolares ainda encontra muitos entraves e problemas, sobretudo em relação à inclusão da diversidade identitária e étnico-racial das mulheres.

Sem a consideração de que o gênero se constitui de maneira muito diversa e desigual nas interseccionalidades com outros marcadores de diferenças sociais, a presença de mulheres negras, por exemplo, acaba sendo ignorada pela História. É assim que Lopes (2017, p. 16), observa que a história das mulheres ainda é apresentada de forma muito genérica, apagando e silenciando o protagonismo de mulheres não brancas. Esse problema também é apontado pelas teóricas e acadêmicas feministas negras que atentam para o modo como as mulheres negras foram excluídas dessa História das mulheres. A tendência feminista hegemônica de falar sobre mulheres como um grupo homogêneo ou uniforme, a partir da experiência de mulheres brancas, acaba apagando

as mulheres cujas vidas e histórias não se encaixam plenamente no paralelismo de gênero. Como bem disse Hazel Carby,

Las críticas de las mujeres negras a la historia no sólo señalan “ausências”; también nos indigna cómo se nos ha hecho visibles, cuando elegían vernos. La historia ha construido nuestra sexualidad y nuestra feminidad alejándonos de las cualidades atribuidas a las mujeres blancas, en tanto que objetos valorados del mundo occidental. También hemos sido definidas con términos que están por debajo de lo humano. Nuestra continua lucha con la historia comenzó cuando ésta nos “descubrió”. (...) la experiencia de las mujeres negras no entra en los parámetros del paralelismo. La principal razón para no emplear paralelismos es el hecho de que las mujeres negras están sujetas simultáneamente a las opresiones del patriarcado, la clase y la “raza”, lo que hace que su posición y su experiencia no sólo resulten marginales, sino también invisibles (2012, p. 211).

Nesse sentido, é fundamental pluralizar a categoria “mulheres” na História, atentando para as interseccionalidades do gênero a outros marcadores de diferença social, sobretudo, numa perspectiva feminista antirracista. De acordo com Carla Akotirene, a interseccionalidade

visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (2019, p. 14).

Esse apagamento das mulheres negras na História também se projeta sobre o ensino de História através de narrativas didáticas centradas na atuação e superioridade de sujeitos masculinos, brancos, heterossexuais e de origem europeia, onde se projetam imagens que enfatizam a vitimização, a exploração e a inferiorização destas mulheres, especialmente, quando se trata de temas como a escravidão. A ideia generalizada de que as mulheres negras eram passivas, apenas como vítimas da dominação colonial e escravista, contribui na manutenção das desigualdades de gênero e raça, endossando ainda mais o racismo e sexismo em nosso cotidiano. Com o intuito de desconstruir e questionar criticamente a construção destas imagens, entendemos que o ensino de História deve trazer à luz ações femininas que valorizem e possibilitem o reconhecimento dessas mulheres como sujeitos históricos (OLIVEIRA, 2019).

O livro didático, sendo o principal recurso utilizado pelos/as professores/as em sala de aula, carece de perspectivas históricas inovadoras e sintonizadas às demandas curriculares por imagens e narrativas históricas mais positivas, plurais e empoderadoras para meninas e adolescentes, tendo em vista a construção da igualdade de gênero/raça na sociedade. Segundo Mistura e Caimi,

O livro didático como suporte pedagógico de ensino, no Brasil, esteve historicamente condicionado às necessidades conjunturais, por relações de poder que transcenderam seu papel de repositório de conhecimento adequado à instrução escolar de jovens estudantes, fazendo com que operasse como veículo ideológico, sempre a serviço das conjunturas políticas (2015, p. 231).

Apesar dos livros escolares serem objetos complexos e culturais que passam por um rígido controle das editoras e dos editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), fica aos/às professores/as a difícil responsabilidade de interpretá-los, problematizá-los e complementá-los em sala de aula, a fim de desconstruir as narrativas históricas racistas e sexistas. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) corrobora com essa proposta, apontando que um dos objetivos do ensino de História é trazer a noção da diversidade de sujeitos e incentivar o pensamento crítico das/dos estudantes<sup>1</sup>. Assim, propõe apresentar pontos de vista distintos para a análise de um mesmo tema ou questão nas aulas de História.

Diante dessa necessidade urgente de métodos e materiais didáticos inovadores que permitam expor outras perspectivas e imagens sobre as mulheres negras no ensino de História, este artigo apresenta algumas reflexões, análises e propostas para a abordagem, em sala de aula, da atuação de mulheres negras nas histórias de luta e resistência à opressão colonial e escravista no Brasil. A introdução de outros recursos metodológicos em sala de aula possibilita dialogar com as perspectivas históricas produzidas em diferentes tempos e espaços, ampliando a visão dos/as estudantes. Isso instiga a reflexão a respeito de fontes e narrativas mais inclusivas, que tragam à luz a história dos subalternizados pela história tradicional. Para isso, sugerimos a abordagem da literatura de cordel no ensino de História, um conjunto de narrativas que possibilitam conferir visibilidade e protagonismo a essas mulheres, a fim de desconstruir, no ensino

---

<sup>1</sup> Nesse contexto, um dos importantes objetivos de História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania. (BRASIL, 2018, p. 400)



de História, imagens históricas dominantes que tendem a vitimá-las e inferiorizá-las nos livros didáticos de História, fomentando o pensamento crítico dos/as estudantes, numa perspectiva de educação antirracista e antissexista.

Este artigo está dividido em três partes. A primeira e a segunda parte trazem reflexões e discussões teórico-metodológicas favoráveis ao ensino de História das mulheres negras, tendo em vista uma proposta de educação antirracista e antissexista capaz de promover, ao mesmo tempo, a desconstrução do gênero (LOURO, 1995), o desenvolvimento do pensamento crítico (HOOKS, 2020) e a abordagem ética e estética da escravidão enquanto tema sensível (PEREIRA; SEFFNER, 2018; ALBERTI, 2014; FARIAS, 2016). Já a terceira e última parte dedica-se à exploração da obra de Jarid Arraes (2017), “Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis”, atentando para a sua importância e potencialidade como fonte no ensino de História.

## **1. Desconstrução do gênero e pensamento crítico no ensino de História**

A desconstrução é um dispositivo útil na desnaturalização das concepções de gênero opostas à hierarquia masculina no ensino de história. De acordo com Mary Poovey, esse termo “tem oferecido e continua a oferecer um instrumento essencial para a análise feminista” (LOURO, 1995). Como escreve a autora,

estou convencida de que o procedimento desconstrutivo pode ser um instrumento útil na desnaturalização e historicização de características e atributos usualmente associados ao feminino e ao masculino. Nessa ótica, as práticas educativas atuais e passadas poderiam ser questionadas de um modo novo, possivelmente mais subversivo. Talvez assim fôssemos mais capazes de descobrir relações até então não percebidas ou de rever processos "generificados" (e até agora inquestionados) de produção de sujeitos. (1995, p. 127)

A desconstrução permite desestabilizar e romper com a lógica da oposição binária (masculino/feminino), dando abertura ao questionamento das desigualdades de gênero no tempo presente (LOURO, 1995 p. 118). Essa ferramenta inserida nas narrativas e práticas pedagógicas em sala de aula, pode contribuir para o estímulo do pensamento crítico e da prática da liberdade, pois um elemento importante a tal pensamento é o pensar conscientemente. A respeito disso, bell hooks aponta que

é uma forma de abordar ideias que tem por objetivo entender as verdades centrais, subjacentes, e não simplesmente a verdade superficial que talvez seja a mais óbvia. Um dos motivos pelos quais a desconstrução ficou tão popular nos círculos acadêmicos é o fato de ela ter levado as pessoas a pensar muito, com intensidade e senso crítico; a destrinchar; mergulhar sob a superfície; trabalhar pelo conhecimento. (2020, p.34)

Esse método de ensino crítico tem o intuito de conduzir as/os estudantes à observação de diversos pontos de vista sobre uma mesma questão, buscando embasamentos sólidos para a construção de suas próprias opiniões sobre certos temas ou questões. Os/as educadores/as têm assim o dever de encorajar os/as estudantes a participarem do processo de aprendizagem. Essa prática dá espaço para que os/as estudantes se vejam como participantes ativos do processo de ensino-aprendizagem e não apenas como receptores de informações trazidas pelos/as professores/as.

De acordo com bell hooks (2020, p.53), “A pedagogia crítica abrange todas as áreas de estudo cujo objetivo é compensar os preconceitos que tem informado os modos de ensinar e de saber em nossa sociedade desde a abertura da primeira escola pública”. Essa perspectiva possibilita uma educação libertadora, antirracista e antissexista, visando minimizar os preconceitos enraizados na sociedade. Nesse sentido, a autora aponta ainda para os desafios que essa proposta enfrenta, pois provoca grandes mudanças nas práticas pedagógicas.

## **2. Escravidão como tema sensível no ensino de História**

Por fim, ao abordar a presença das mulheres negras nas lutas e resistências à dominação escravista estamos tratando de um tema sensível que requer certos cuidados no ensino de História, tendo em vista uma educação para a paz, os direitos humanos e a democracia. As questões sensíveis devem provocar reflexões importantes sobre o tempo presente, estimulando os/as estudantes a observar o passado não como algo distante, desconectado do tempo presente, mas a pensar também nas relações entre passado, presente e futuro.

De acordo com Pereira e Seffner (2018), trabalhar temáticas sensíveis requer atenção, pois não se trata só de expor a violência dos fatos, mas sim de problematizar e mostrar os efeitos do passado que se perpetuam no presente, tal qual o racismo e

sexismo como consequências, por exemplo, do colonialismo e escravidão no Brasil. Dessa forma, os autores destacam o cuidado ético e político na abordagem de passados vivos, remetendo ao conceito de residualidades, pontuando, analisando e problematizando os resquícios históricos que marcam a nossa sociedade até os dias atuais. Pereira e Seffner afirmam ainda que

O estudo dos passados sensíveis não significa apenas colocar o aluno diante de um conteúdo disciplinado e frio (White, 1995), mas diante de algo que desperta um posicionamento ético e político, de indignação diante da injustiça e da violação dos direitos humanos. A escrita da história sobre esses passados e seu ensino não são atitudes desinteressadas, mas voltadas ao futuro – um futuro de tolerância, de reconciliação com a justiça e com os direitos. (2018, p. 17)

Provocar esse posicionamento é levar em consideração a função social do ensino de História, estudando o passado a partir de questões sensíveis no presente. Trazer para o ambiente escolar a presença de mulheres negras nas lutas e conflitos contra a opressão colonial e escravista permite quebrar os paradigmas eurocêntrico, dominantes e brancos que fomentam o sexismo e racismo em nossa sociedade, fomentando uma educação para a liberdade e a cidadania plena de mulheres negras.

A colonização e a escravidão contribuíram para o racismo da atualidade, pois a escravidão é “o elemento ao qual está ligado o processo de colonialidade e estão ligados os processos de racismo e discriminação que existem em nossa sociedade” (PEREIRA; SEFFNER, 2018, p. 22). Portanto, não há como tratar esse período histórico de maneira fria ou neutra, deixando de falar sobre as discriminações raciais ainda hoje praticadas como resquícios da experiência da escravidão no Brasil. Além disso, “Pensar as questões sensíveis exige um rompimento com a temporalidade eurocentrada, que mira o passado como anterior ao presente e este como o ápice de um processo evolutivo” (PEREIRA; PAIM, 2018, p. 1245). Pereira e Paim afirmam que

Abordar questões sensíveis, como escravidão ou violência de gênero, implica uma nova compreensão da temporalidade, uma vez que o passado se alonga no presente. Portanto, trata-se de não supor que o estudo do passado seja uma ação fria, cientificamente sustentada por um método rigoroso, que não implique uma porção de intuição e de sensibilidades, dos lugares e dos sujeitos. Quer dizer estudar o passado considerando que ele convive com o presente, sem que se possa estabelecer as fronteiras entre passado e presente (PEREIRA; PAIM, 2018, p. 1245).

A autora Verena Alberti também nos indica alguns caminhos na abordagem de temas sensíveis no ensino de História, propondo a utilização de fontes históricas “efetivas, atraentes e estimulantes, que possam tornar possível o engajamento pessoal” (ALBERTI, 2014, p. 2). Essas fontes podem mudar as concepções e atitudes dos/as estudantes, especialmente quando surpreendem e colocam “em xeque ideias preconcebidas ou lugares comuns” (ALBERTI, 2014, p. 3). A autora ainda destaca que na abordagem de temas sensíveis é importante atentarmos para o respeito às vítimas. O objetivo não é “chocar ou apenas dar a conhecer eventos chocantes do passado, mas

suscitar a reflexão dos alunos. É preciso saber passar de fase, nesse jogo: da sensibilização para a reflexão. Não adianta ficar chocado, só; com bolo no estômago, só. É preciso transformar o conhecimento em trabalho de reflexão: como foi possível chegarmos a esse ponto? (ALBERTI, 2014, p. 3).

Por isso mesmo, a abordagem de temas sensíveis exige o rompimento com imagens que homogeneizam os grupos sociais que sofreram certas violências no passado, evitando a cristalização, por exemplo, da imagem dos/as negros/as como vítimas da escravidão abordando também as suas formas de resistência naquele período. Assim também Juliana Barreto Farias fala sobre a abordagem do tema da escravidão no ensino de História, assinalando que é “comum que os alunos muitas vezes compartilhem imagens e estereótipos que falam de uma suposta inferioridade do negro, de sua docilidade e aptidão para o trabalho manual ou da acomodação diante de tantos castigos físicos” (2016, p. 229). Alertando para os riscos de reforçar aquilo que queremos tanto combater, como as desigualdades, racismo e a discriminação, através do ensino de História da escravidão, a autora destaca que é importante

(...) tirar o foco exclusivo do açoite ou da passividade, destacando a resistência de homens e mulheres escravizados; as negociações e conflitos diários com senhores e o próprio Estado; a multiplicidade das populações africanas traficadas. E como tudo isso foi fundamental para a história brasileira. São passos fundamentais na direção de uma escola atuante na construção de identidades individuais e sociais, marcadas pela diversidade de contribuições históricas de uma sociedade multicultural e pluriétnica (FARIAS, 2016, p. 229).

Assim também propõe Susane de Oliveira ao observar que os livros didáticos de História enfatizam, por exemplo, a violência sexual de guerra contra as mulheres

racializadas, silenciando as suas formas de resistência e enfrentamento desse problema. Segundo a autora,

É necessário trazer memórias de atuação das mulheres nos mesmos cenários onde a violência sexual ocorreu, para também lhes conferir o status de sujeito histórico nos enredos narrativos. Como exemplo, podemos mostrá-las como combatentes ou ativistas em organizações que tentam intervir em processos de paz, a favor do desarmamento e da prevenção das guerras (SÁNCHEZ, 2016). (...) Mais um motivo, portanto, para que o ensino de História assuma o compromisso de ser uma instância de valorização de subjetividades positivas e plurais, assentada no reconhecimento da memória como princípio fundador da construção da igualdade de gênero (OLIVEIRA, 2019, p. 495).

É nessa perspectiva que devemos buscar outras fontes para o ensino de História das mulheres negras no cenário de escravidão, especialmente, com o intuito de assinalar as experiências destas mulheres nas lutas e resistências à opressão colonial escravista. A história da escravidão no Brasil é cercada de estereótipos e silenciamentos, que naturalizam as violências praticadas contra os povos escravizados. O sistema colonial brasileiro se desenvolveu através da escravização do povo negro e indígena. Estes grupos foram duramente subjugados e despidos de sua humanidade, pois “na escravidão, transforma-se um ser humano em propriedade de outro, a ponto de ser anulado seu próprio poder deliberativo: o escravo pode ter vontades, mas não pode realiza-las” (PINSKY, 2010, p.09). Os/As escravizados/as foram animalizadas/as e coisificados/as no processo de colonização, sujeitos aos interesses, vontades e poderes de seus senhores. As relações escravistas se apoiaram numa lógica racista conferindo ao colonizador europeu a superioridade, condicionando os povos dominados e escravizados à inferioridade, num processo de objetificação e exploração dos corpos negros.

Nessa conjuntura, as mulheres negras escravizadas foram reduzidas à condição de servidão, tal qual os demais, “já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero” (DAVIS, 2016, p.17), dessa forma era atribuído a elas todo tipo de trabalho. Essa desumanização das mulheres negras veio acompanhada da destituição do gênero no modo como foram vistas e tratadas, pois antes de tudo eram consideradas como propriedades, “máquinas” de produção. De acordo com Santos,

A população negra sempre era denominada do mesmo modo, quer fossem mulheres ou homens, eram simplesmente nomeados de negros ou escravos no masculino, esses autores evitavam a especificação de gênero: homens ou mulheres. E, por esse motivo, é muito difícil resgatar a história das mulheres negras no Brasil, pois pautado na despersonalização do racismo e sua interação com o machismo, as mulheres negras foram invisibilizadas na história social de nosso país (2011, p. 07 apud LOPES, 2019, p. 19).

As mulheres negras trabalhavam juntamente com os homens negros nos pesados trabalhos braçais, como lavoura. Elas não eram responsáveis apenas pelas atividades domésticas, mas também partilhavam de uma igualdade de opressão (quanto ao trabalho). É essencial destacar que sofriam outros tipos de violências e agressões ligadas ao fato de serem mulheres negras. Davis assegura que,

[...] as mulheres também sofriam de formas diferentes, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas para às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (2016, p.19).

Nesse sentido, Davis afirma, que se a elas era conferido certo grau de “igualdade em meio a opressão”, assim, pode-se apontar também a sua “igualdade de modo combativo, desafiando a desumana instituição de escravidão” (2016, p.31).

Maria Odila Dias (2016) narra como a escravidão no Brasil atingiu mulheres africanas, do momento que foram tiradas forçosamente das suas terras até a suas experiências como escravizadas. A partir disso, a autora discorre sobre temas como: cotidiano, trabalho, casamento, religião, inconformismo (reações) e o sonho pela liberdade, colocando as mulheres negras como sujeitos centrais de sua abordagem. As resistências contra as opressões sofridas são evidenciadas nas manifestações de inconformismo, mostrando que muitas dessas mulheres não aceitaram passivamente ao que eram submetidas e que assim reagiram através de discussões, agressões, rebeliões, etc. A autora chama atenção para o medo dos senhores de serem envenenados por elas, já que “Não foram raras as vezes em que as escravas puseram em prática esses conhecimentos” (DIAS, 2016) a respeito do uso de ervas venenosas.

No ensino de História, devemos abordar cuidadosamente o tema da escravidão, a fim de não contribuir para a manutenção dos resquícios racistas e sexistas do projeto

colonial que silenciou a histórias das mulheres negras. Analisar a história da escravidão sob novas perspectivas e concepções, não é negar o passado de sofrimento, é desconstruir os paradigmas a cerca dessa história, viabilizando outros pontos de vista históricos que estimulam o pensamento crítico e o combate ao racismo e sexismo ainda operantes na desigualdade étnico-racial e de gênero que marca a vida de mulheres negras no Brasil.

A abordagem de outras fontes e narrativas históricas sobre as mulheres negras nas lutas e nos conflitos contra a opressão colonial e escravista permite também ensinar histórias do possível. Como bem propõe a historiadora Susane de Oliveira,

Ao trazer outros olhares e narrativas históricas, experiências muito diferenciadas, de ontem e hoje, as histórias do possível estimulam uma aprendizagem de si e ajudam a pensar o nosso próprio presente. Ao libertar o passado dessa lógica universalista e patriarcal, abrimos possibilidades para questionar as “verdades” históricas que justificam uma série de abusos e violências contra as mulheres no presente. (2019, p. 303).

Os estudos sobre o ensino de temas sensíveis e de questões relacionadas à escravidão no Brasil nos trazem, portanto, orientações importantes para a promoção de um ensino de história antirracista e antissexista e nos inspiram a mostrar outras imagens de mulheres negras no cenário da escravidão colonial, que destaquem a força, a coragem, as estratégias e a sabedoria destas mulheres, para enfim rompermos com as imagens cristalizadas que reforçam no imaginário e nas práticas sociais, violência, discriminação e inferiorização de seus corpos no tempo presente. Com esse intuito exploramos, a seguir, a obra de Jarid Arraes, “Heroínas negras Brasileiras em 15 cordéis” como fonte para o ensino de História.

### **3. Mulheres negras nas lutas contra a escravidão: literatura de cordel no ensino de História**

Tomando como ponto de partida as análises dos livros didáticos feita por Susane de Oliveira, pode-se observar que ao expor mulheres negras, no período colonial, apenas como vítimas de violências, estupro e escravidão, demarcam e reforçam no

imaginário dos/as estudantes uma imagem racista e sexista sobre as mulheres negras frente à superioridade e ao domínio masculino/branco. Segundo a autora,

A imagem generalizada das mulheres negras como seres que “suportam” essa violência da exploração sexual e econômica é também constitutiva dos modos de assujeitamento, exploração, subordinação e violentação destas mulheres no tempo presente. Desse modo, as representações de mulheres negras em situação de violência tendem a perpetuar o racismo/sexismo estrutural da sociedade brasileira. Na ordem colonial e escravista, as mulheres indígenas e negras foram vistas e tratadas como “fêmeas”, classificadas como seres que possuem “sexo” e “natureza” (Maria LUGONES, 2014), em oposição àqueles que possuem “humanidade” e “gênero (classificados como homens ou mulheres) (OLIVEIRA, 2019, p. 10).

Dessa maneira, é importante que os/as professores/as de História estejam atentos às imagens predominantes sobre as mulheres negras no ensino de História, tendo em vista a força e influência destas imagens na formação das identidades e relações étnico-raciais no tempo presente. Mostrar o protagonismo de homens e mulheres negras nas lutas e resistências contra a opressão colonial e escravista, rompendo com os silenciamentos históricos promovidos por uma epistemologia racista e sexista, permite o engendramento de outros modos de subjetivação (de construção de sujeitos) através do ensino de História, capazes de interpelar positivamente crianças e adolescentes negros/as, empoderando-os/as também nas suas lutas contra o racismo/sexismo no presente.

De acordo com Oliveira, a educação escolar pode correr o risco de traduzir “apenas o ponto vista dos grupos dominantes, colaborando em processos de subjetivação que tendem a manter uma ordem socioeconômica hierárquica baseada em desigualdades de gênero/raça” (2019, p.10). Não por acaso, os livros didáticos de História tenderam a reforçar a imagem das mulheres negras como passivas a todo tipo de violência e perversidade, como seres destinados à servidão, exploração, desumanização e inferiorização. A exploração e a violência contra estas mulheres não deve ser silenciada, porém o foco apenas na sua vitimização e vulnerabilidade, tende a promover a naturalização dessa violência no imaginário social. Portanto, tais imagens devem ser cuidadosamente problematizadas no ensino de História e confrontadas com outras imagens possíveis sobre as mulheres negras.

A fim de desconstruir as imagens racistas e sexistas promovidas no ensino de história da escravidão, é importante revelar a presença de mulheres negras em posição



de combate e resistência à dominação colonial, rompendo com os estereótipos reforçados no ensino de História. Essa desconstrução pode se dá através do contato com outras narrativas históricas (documentos oficiais, bibliografia, imagens, música, entre outros) capazes de desvelar a atuação, resistência, saberes, identidades e experiências dessas mulheres no cenário de escravidão.

Nesse caminho destacamos a importância da introdução em sala de aula da história de mulheres negras como Aqualtune, Dandara dos Palmares, Maria Felipa, Luísa Mahin e Tereza de Benguela. As histórias destas personagens possibilitam ao/à educador/a valorizar a atuação de mulheres negras nas lutas contra opressão escravista colonial. Dentre as fontes disponíveis para este trabalho em sala de aula, destacamos aqui o livro *Heroínas negras Brasileiras em 15 cordéis*, publicado pela editora Polén em 2017 e de autoria de Jarid Arraes, uma mulher feminista e negra interessada no protagonismo feminino negro exercido em importantes momentos na história do Brasil. As narrativas de cordel que integram este livro possibilitam a inserção das mulheres negras como guerreiras e lutadoras nos conteúdos escolares, bem como a promoção de uma educação antirracista e antissexista.

Jarid Arraes nasceu na região do Cariri, filha e neta de cordelistas e xilogravadores foi muito influenciada pela literatura típica nordestina. Dedicou-se ao pesquisar e escrever sobre mulheres que marcaram a história, sobre tudo mulheres negras esquecidas no meio escolar e midiático. A cordelista integrou coletivos regionais, como Pretas Simoa (Grupo de Mulheres Negras do Cariri) e fundou o coletivo Feministas do Cariri. Como jornalista, trabalhou na Revista Fórum, abordando em suas matérias temas dos Direitos Humanos, relacionados ao gênero, à raça e à sexualidade<sup>2</sup>.

O livro de Arraes discorre sob uma ótica poética a respeito das bravas guerreiras num formato de literatura de cordel. Composto um gênero literário regional, utiliza rimas ritmadas e xilogravuras. Os poemas escritos em linguagem de fácil acesso e compreensão demonstram a importância e o protagonismo de 15 mulheres negras que marcaram a história brasileira, rememorando suas vidas e feitos. Dessa forma, os cordéis narram as histórias de Antonieta de Barros, Aqualtune, Carolina Maria de Jesus, Dandara dos Palmares, Esperança Garcia, Eva Maria do Bonsucesso, Laudelina de

---

<sup>2</sup> Informações disponibilizadas por Jarid Arraes em sua página na internet, disponível em <http://jaridarraes.com>.

Campos, Luísa Mahin, Maria Felipa, Maria Firmina dos Reis, Mariana Crioula, Na Agontimé, Tereza de Benguela, Tia Ciata e Zacimba Gaba.

A obra de capa colorida, ilustrada por Gabriela Pires, contém 176 páginas, contando com contracapa, índice, prefácio e 150 páginas dedicadas às histórias e xilogravuras destas mulheres representadas como heroínas. Dividida em 15 capítulos, cada um deles destinado a uma protagonista, apresenta ao final de cada cordel uma breve biografia de cada uma das mulheres retratadas. A autora reserva algumas páginas finais para que o leitor conte a história de uma mulher negra que lhe marcou a sua vida.

As ilustrações de Gabriela Pires, presentes na obra, fazem uso da xilogravura, método antigo de impressão muito utilizado como recurso de ilustração tradicionalmente em cordéis. Compostas em preto e branco, remetem ao tradicional estilo de escrita, dialogando, assim, com os poemas de Jarid.

O prefácio intitulado “Resgatar nossa memória”, escrito pela doutora em psicologia social Jaqueline Gomes de Jesus, inicia-se apontando o problema da invisibilização do protagonismo negro. Assim, ressalta que

No Brasil, mulheres, principalmente as negras, nem sempre puderam falar, escrever e quanto mais publicar sobre si mesmas. Tampouco tiveram suas vozes plenamente respeitadas por aqueles que delas falaram, escreveram e publicaram, em geral homens brancos.

De forma geral, nesse país estruturalmente racista e machista, o protagonismo negro para se expressar, sem intermediários, foi invisibilizado, senão questionado e punido. Até mesmo o nosso escritor, Machado de Assis, teve sua identidade como homem negro silenciada ou negada – censuras da máquina colonial que se alimentou da escravidão e ainda rumina nas mentes e corações deste povo (Prefácio in ARRAES, 2017, p. 09).

Isso conduz o leitor e a leitora a refletir sobre as ausências desse protagonismo na história do país, mostrando que o problema se encontra nas estruturas racistas e machistas, provenientes do sistema colonial. A autora problematiza assim a memória coletiva projetada na sociedade que despreza a imagem dos/as negros/as em posição de poder.

Saindo da análise do prefácio, o apagamento histórico é evidenciado também nos cordéis, onde argumenta sobre a ausência de fontes sobre a atuação das mulheres negras. De maneira poética, com bastante seriedade, Arraes critica a exclusão de mulheres negras da história, apontando que:

Nos registros brasileiros  
A injustiça predomina  
E o danado do esquecimento  
Na injustiça se culmina  
Pois ainda não se acha  
Tudo que examina.

Esquecidas da História  
As mulheres inda estão  
Sendo negras, só piora  
Esse quadro de exclusão  
Sobre elas não se grava  
Nem se faz menção (2017, p. 97).

O racismo e o machismo que marcaram a história brasileira retratam as mulheres negras como meras coadjuvantes apenas na situação de escravizadas, sem atribuir qualquer protagonismo ou sequer vê-las como agentes de suas próprias histórias. Por muito tempo houve um silenciamento da figura feminina nas narrativas históricas do Brasil colônia, especialmente de mulheres negras que sofreram simultaneamente com outras formas de opressão além do sexismo. Desse modo, suas ações de resistência à opressão colonial escravista tiveram pouco ou nenhum espaço no ensino de História.

Se afastando dos estereótipos reforçados por uma história da escravidão focada na vitimização das pessoas negras, Arraes conta a história de personagens femininas que foram símbolo de força e resistência, permitindo trazer para o ensino de história imagens positivas e empoderadoras de mulheres e meninas negras. Das 15 mulheres negras apresentadas no livro, nos concentraremos nas histórias das heroínas Aqualtune, Dandara dos Palmares, Luíza Mahin, Maria Felipa, Tereza de Benguela e Zancima Gaba, que atuaram ativamente em revoltas e lutas contra opressão e escravização colonial. Estas mulheres negras não aceitaram passivamente a escravização de seus corpos. inconformadas agiram ativamente em combates e levantes, demonstrando resistência ao processo de escravização e opressão colonial.

Nesse processo, os quilombos foram uma demonstração de resistência organizada por todo o território brasileiro. O quilombo dos Palmares foi o maior e mais conhecido entre 1630 a 1695. Dentre suas lideranças destaca-se a princesa Aqualtune que havia liderado um exército de 10 mil guerreiros na defesa de seu território no Congo. Com a sua derrota, foi vendida como escrava para o Brasil (TELES, 1999, p. 23). Escravizada, sua principal função era procriar, frente às crueldades vividas no regime de escravidão a que foi aqui submetida. Porém, a princesa continuou a resistir e mesmo grávida fugiu do seu cativeiro em direção a Palmares, onde esteve em posição

de poder, liderando politicamente e protegendo o quilombo. O cordel sobre Aqaltune, destaca assim a sua resistência à escravidão:

(...)  
Mas a vida de tortura  
Aqaltune ouviu falar  
Sobre a pura resistência  
Dos escravos a lutar  
E soube de Palmares  
O que pode admirar.

Aqaltune se empolgou  
Do seu povo quis a luta  
E pensou em se juntar  
Pra somar nessa labuta  
Mesmo estando em gravidez  
Ela estava resoluta.

A gravidez já avançada  
Não causou impedimento  
Aqaltune foi com tudo  
Formando esse movimento  
Agarrando a esperança  
E com muito entendimento (ARRAES, 2017, p. 29-39).

Além disso, nos desfecho deste cordel a autora tece reflexões importantes sobre a própria História ensinada nas escolas, quando diz:

Uma história como a dela [Aqaltune]  
Deveria ser contada  
Em todo livro escolar  
Deveria ser lembrada  
No teatro e no cinema  
Que ela fosse retratada.

Mas eu tive que sozinha  
As informações buscar  
Foi porque ouvi seu nome  
Uma amiga mencionar  
E por curiosidade  
Fui online pesquisar.

A história do meu povo  
Nordestino negro e forte  
É tão rica e importante  
É vitória sobre a morte  
Modificam nossa sorte.

Quando penso em Aqaltune  
Sinto o encorajamento

A vontade de enfrentar  
De mudar neste momento  
Tudo aquilo que é racismo  
E plantar conhecimento (ARRAES, 2017, p. 32).

Outra grande guerreira do quilombo dos Palmares destacada nos cordéis, foi Dandara, casada com o neto de Aquilone, Zumbi. Ela se destacou por sua participação ativa em diversos combates. Como bem narra o cordel de Arraes,

(...)  
Guerrear pelo seu povo  
Era o que lhe motivava  
O sonho da liberdade  
Para todos cultivava  
Sendo muito decidida  
Era até envaidecida  
Pela força que ostentava

Um fator que destacava  
Era seu radicalismo  
Pois não aceitava acordo  
Com senhores do racismo (...) (2017, p. 49).

Dandara lutou bravamente ao lado de Zumbi pela libertação do seu povo, liderando exércitos. O cordel de Arraes exibe toda força e o potencialidade da guerreira de Palmares na luta contra a opressão escravista. Cabe ressaltar que Palmares não foi um caso isolado, outros quilombos foram liderados por mulheres, como o Quilombo do Quariterê liderado por Tereza de Benguela. Sob seu comando político, econômico e administrativo o quilombo localizado na região do Mato Grosso resistiu à escravidão por duas décadas.

Já a personagem Zacimba Gaba, no século XVII foi trazida com o objetivo de ser escravizada no Espírito Santo. De acordo com Arraes, essa princesa da nação Cabinda foi submetida à intensa tortura, então como forma de resistência, aos poucos foi envenenando até a morte o senhor da fazenda, viabilizando e liderando uma fuga de escravizados. Zacimba Gaba instituiu um quilombo e comandou combates responsáveis pela libertação de outros escravizados. O cordel dedicado à sua história, enfoca seus feitos e importância nessa resistência:

(...)  
No quilombo de Zacimba  
Ela era celebrada  
A princesa de cabinda

Por seu povo admirada  
Acolhia os que viessem  
Era assim bem respeitada.

Com coragem e ousadia  
Os navios ela atacava  
Ia com os seus guerreiros  
E da escuridão pulava  
Libertando os cativos  
Que pro quilombo levava (ARRAES, 2017, p. 160-161).

Outra forma de resistência foram as várias revoltas contra a opressão colonial, algumas delas também foram protagonizadas por mulheres negras que lideraram batalhas e/ou foram peças-chave para o desenrolar de revoltas. Luísa Mahin, oriunda da Costa da Mina, foi trazida ao Brasil escravizada e alforriada em 1812, participou da Revolta dos Malês (1835) e da Sabinada (1837). A africana foi uma importante peça para o desenrolar de várias rebeliões ocorridas nesse período na Bahia, escondia mensagens em árabe nos quitutes que comercializava, facilitando a comunicação entre os escravizados muçulmanos, contribuindo diretamente na organização dos levantes. Luísa era mãe do abolicionista Luís Gama, posteriormente chamado de patrono da abolição da escravatura no Brasil.

Mais uma mulher negra que nos chama atenção é Maria Felipa, marisqueira da Ilha de Itaparica e que ficou conhecida como símbolo da luta pela independência da Bahia, pois liderou mulheres combatentes nos confrontos contra os portugueses. Arraes destaca a inteligência de Maria Felipa, que utilizou diferentes estratégias de luta, como mostra os seguintes versos:

(...)  
As mulheres reunidas  
E dotadas de esperteza  
Prepararam uma armadilha  
Com o engano da beleza  
Seduziram os portugueses  
Bem sabidas com destreza.

Seduzidos e animados  
Eles foram enganados  
Já estavam até sem roupa  
Quando foram espancados  
Com galhos de cansação  
Acabaram bem surrados.

Cansação é uma planta  
Que provoca queimadura  
Similar à tal urtiga  
O queimado é sem firula  
Inda mais se não tiver  
Proteção nenhuma (2017, p. 99).

As diversas formas combativas adotadas pelas africanas e afrodescendentes contra a exploração escravista denotam o quão perspicazes e inteligente foram essas mulheres. Esses cordéis evidenciam a gama de protagonistas negras que articulavam batalhas, pegavam em armas, se aquilombavam e resistiram de diversas formas aos processos opressivos alimentados por um sistema escravista pautado no racismo e machismo presentes na colonização.

Dessa forma, as narrativas apresentadas são de grande importância ao ensino de história, pois trazem à luz as histórias silenciadas, bem como uma perspectiva crítica sobre o silenciamento das histórias destas mulheres, contribuindo para a desconstrução dos estereótipos racistas e sexistas que caracterizam mulheres negras na História. Em oposição à imagem vitimizadora, impressa no imaginário social, tais narrativas valorizam as ações e reações das mulheres negras, ressaltando características como força, inteligência, estratégia e dinamismo, favorecendo assim o rompimento com o silêncio racista/sexista a respeito do protagonismo dessas mulheres no ensino de história.

Nessa ótica, inserir a perspectiva negra sobre a escravidão no ensino de História é importante para que os/as jovens pertencentes ao grupo de atingidos pelos preconceitos possa reconquistar uma identidade positiva (CAVALLEIRO, 2001, p. 150). A educação antirracista deve ser pensada como um dispositivo de melhoramento educacional e social. Além disso, deve ser aplicada no ensino de História com o objetivo de promover a cidadania, o respeito e reconhecimento à diversidade étnico-racial da população brasileira, bem como a implementação da Lei nº 10.639, que em janeiro de 2003 tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana, enfatizando como conteúdos curriculares “a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.” (BRASIL, 2003) em todos os estabelecimentos de ensino públicos e privados.

Dentre as fontes disponíveis para o trabalho com a perspectiva negra sobre a escravidão e a resistência das mulheres, destacamos o livro de Arraes com uma série de cordéis. Nas últimas décadas, a diversificação e ampliação das fontes a serem abordadas no ensino de História, com o objetivo especialmente de complementar ou confrontar as narrativas dos livros didáticos, possibilitam essa proposta de abordagem das narrativas de Arraes no ensino de História.

A literatura de cordel, trazida pelos colonizadores portugueses, foi popularizada na região do nordeste brasileiro. Escrito com rimas de versos metrificados e ritmados, o cordel, costumeiramente, tece críticas a partir da perspectiva do cordelista, provocando reflexões. Segundo Nascimento,

O cordel encanta, informa e, acima de tudo, ensina. História de Lampião e do cangaço, da Guerra de Canudos, do Presidente Getúlio Vargas, por exemplo, fazem parte do seu acervo temático. Os conteúdos desses folhetos instruem o povo a partir da visão dos cordelistas. Os folhetos são documentos importantes para o professor usar nas aulas de História (2005, p. 3).

O cordel é assim uma fonte de conhecimento histórico que permite trazer para a sala de aula temáticas abordadas sob outras perspectivas e linguagens, despertando o interesse no/a estudante. Os/As professores/as podem estimular o debate instigando os/as alunos/as a se perguntarem o que motivou o cordelista a expressar sua opinião ou qual a “relevância daquela expressão relacionada ao fato histórico” (SANTO 2018, p. 36).

Jairo Nascimento (2005, p. 05-06) sugere, com um passo a passo metodológico, como utilizar em sala de aula o cordel como fonte. Ele orienta que o/a docente deve, primeiramente, apresentar o cordel para os/as estudantes, destacando informações básicas sobre a fonte e os objetivos da atividade, para em seguida propor que o documento seja comparado a outros que possuam visões divergentes, mostrando diferentes perspectivas históricas, estimulando assim o debate em sala de aula. Por último, propõe articular o cordel com o livro didático, verificando as semelhanças e diferenças nas suas concepções e abordagens do tema.

Os cordéis de Jarid Arraes apresentam um vocabulário acessível e ritmado ao demonstrar a participação feminina africana e afrodescendente ativa nas lutas e resistência à escravidão e opressão colônia. Nesse sentido, destacamos a sua potencialidade no ensino da História na educação básica, cabendo aos/às professores/as



articular os conteúdos destes cordéis com os temas curriculares, para que a história das mulheres negras não corra o risco de ser tratada apenas como um apêndice ou complemento da história principal.

A partir da leitura dos cordéis de Arraes nas aulas de história do Brasil colonial/escravista, os/as docentes têm também a possibilidade de sugerir aos/as estudantes a produção de cordéis em sala de aula. Como bem orienta Ary Leonan, assim podemos incentivar a participação dos/as estudantes na construção da própria História. Por meio da produção de cordéis sobre o Brasil colonial, inspirados nos cordéis de Jarid Arraes, podemos aproximar os/as estudantes da prática do “fazer história”, estimulando-os a escrever e pensar historicamente e criticamente as experiências de mulheres negras nas lutas contra a escravidão.

Além disso, na abordagem dos cordéis em sala de aula, os/as professores/as também podem propor uma análise, separando os/as estudantes em grupos para a leitura de alguns cordéis selecionados. Nesse trabalho, os/as estudantes podem identificar o documento e analisar, procurando responder questões como: quem são as mulheres que estão sendo narradas? Que imagens são construídas sobre elas? Você já conhecia a história destas mulheres? O que essas históricas (narradas nos cordéis) trazem de novo sobre a experiência das mulheres negras na escravidão em tempos coloniais? Qual a importância destas histórias no tempo presente? Ainda nesse trabalho, os/as estudantes podem ser instigados a questionar os silêncios em torno da história das mulheres negras, confrontando as imagens e textos que aparecem nos livros didáticos. Assim, é importante que os/as professores estejam atentos à necessidade de desconstruir os estereótipos racistas/sexistas sobre as mulheres negras na História, conduzindo uma educação antirracista e antissexista.

Vanderlei Machado e Ana Abreu publicaram em 2017 um artigo relatando uma experiência desenvolvida no Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos com os cordéis de Arraes, com o objetivo de criar espaço nas aulas de História para a presença das mulheres negras. Sobre esse trabalho concluíram que

Os/as estudantes se identificaram com as ideias apresentadas por Jarid Arraes, com sua denúncia da ausência das mulheres negras na história e sobre a necessidade de se discutir esses temas em sala de aula. (...) Ao possibilitarmos o contato dos/das estudantes com a literatura de cordel estávamos permitindo seu acesso a um gênero literário que representa a cultura popular nordestina. Pudemos perceber que a leitura dos cordéis mexeu com sua sensibilidade e favoreceu a

aprendizagem da temática proposta. A leitura estimulou nos/nas estudantes o desejo de conhecer mais acerca da participação das mulheres negras na história do Brasil, não somente como vítimas, mas como referências de lutas e de conquistas (MACHADO; ABREU, 2017, p. 192).

Essa experiência se soma também à de outros/as professores/as (RODRIGUES; CUSTODIO; SIMÃO, 2020) que vem explorando o uso destes cordéis, demonstrando a importância e resultados da sua utilização no ensino de História.

## CONCLUSÃO

A obra de Jarid Arraes (2017), “Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis”, pode, portanto, agregar ao ensino de História outras imagens e perspectivas sobre as mulheres negras na escravidão, com o intuito de levar para dentro da sala de aula aquilo que comumente não é apresentado pelos livros didáticos. Nessa perspectiva, Chimamanda Adichie chama atenção para os perigos de uma história única, pois molda o ponto de vista a respeito do outro. A história única cria estereótipos que se não problematizados passam a ser naturalizados, marginalizando os sujeitos, tratando-os como “o outro”. Chimamanda (2019) afirma assim que “Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida”. Por esse motivo, é imprescindível que as/os estudantes consigam entender a pluralidade da história, questionando as próprias maneiras de pensar o passado, abrindo espaço para a introdução de outros prismas a respeito das mulheres negras na história.

O ensino de História através de outras perspectivas de gênero e raça pode ampliar a concepção dos agentes históricos, fazendo assim com que as/os estudantes voltem seu olhar para sujeitos comumente subalternizados, especialmente, as mulheres negras, contribuindo para a quebra da lógica binária de oposição homem/mulher. Guacira Louro explica que a desnaturalização do gênero tende a ser melhor sucedida através da sua desconstrução. Assim diz a autora,

Sou levada a pensar, junto com outras estudiosas, que a desconstrução pode ser um instrumento útil para um projeto de desmistificação. Útil porque analisamos e desmontamos as institucionalizações e a interdependência de cada uma das categorias, bem como demonstramos os processos que as construíram ou transformaram.

Útil também porque permite desestabilizar a aparente e falsa identidade de cada um dos polos da oposição homem/mulher, levando-nos a considerar as distinções de raça, de classe, de idade, de religião que os dividem internamente. Além disso, ao desconstruir essa oposição básica, somos também instadas/os a desconstruir outras oposições que a ela são articuladas e que são também, freqüentemente, assumidas como naturais. (1995, p.126).

A ideia da desconstrução colabora com o estímulo do pensamento crítico, mostrando as/os estudantes que a História ainda está sendo construída, as/os distanciando dos perigos da história única. O pensamento crítico é o desejo do saber, e é um processo participativo, parte da troca entre docente e discente (HOOKS, 2020),

O aspecto mais empolgante do pensamento crítico na sala de aula é que ele pede a iniciativa de todas as pessoas, convidando ativamente todos os estudantes a pensar com intensidade e compartilhar ideias de forma intensa e aberta (2020, p.36).

Desenvolvido através de perspectivas antirracista e antissexista possibilita a quebra da mentalidade colonizadora, trabalhando de maneira que vai de encontro com a reafirmação diária da cultura do dominador. A educação foi utilizada como recurso de colonização e até hoje há vestígios dessa cultura dominadora, por isso precisa ser levantado questionamentos e críticas a respeito desses vestígios que ainda encontramos dentro do ensino, dessa forma as práticas pedagógicas atualmente podem e devem ser utilizadas como mecanismo de descolonização da mente.

Ensinar história na perspectiva de desconstrução das concepções de gênero dominantes, não é apenas uma preferência teórica ou pedagógica, trata-se de um posicionamento político pedagógico que traz consigo uma ótica feminista antissexista e antirracista de educação para a liberdade.

A apresentação de novas narrativas sobre as mulheres negras nas lutas e resistências contra a escravidão colonial, diferentes daquelas que estamos acostumadas/os, deve trazer consigo questionamentos, fazendo com que as/os estudantes analisem e questionem também as percepções históricas dominantes que lhes são impostas na vida social. Para isso, cabe ao/à docente fazer uso de variados recursos didáticos, como bem propomos ao longo desse artigo, incentivando os/as estudantes a questionar e reconstruir a história sob diversos primas e pontos de vistas, reconhecendo, sobretudo, o ponto de vista e protagonismo das mulheres negras que por muito tempo foi ignorado nos livros didáticos de História.

Esperamos que as sugestões e reflexões aqui apontadas possam subsidiar o trabalho docente na abordagem de temas sensíveis que envolvem as experiências e identidades das mulheres negras na História, especialmente, o protagonismo e resistência destas mulheres nas lutas contra o colonialismo e a escravidão no Brasil, proporcionado em sala de aula momentos de desconstrução e crítica das concepções de gênero/raça racistas e sexistas que ainda constituem obstáculos à cidadania plena das mulheres negras no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução: Julia Romeu. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALBERTI, Verena. O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas. Palestra proferida no IV Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, realizado no Centro de Ensino Superior do Seridó (Ceres) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Caicó (RN), de 17 a 21 de novembro de 2014.

ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis**. São Paulo: Pólen, 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 10 de Janeiro de 2003. Dispõe sobre a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira [...]". Brasília, DF, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 07 de abril de 2022.

CARBY, Hazel V. Mujeres blancas, escuchad! El feminismo negro y los límites de la hermandad femenina. In: JABARDO, Mercedes (Ed.). **Feminismos negros: uma antologia**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, p. 141-160, 2001.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Candiani, Heci Regina. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 244.

DIAS, Maria Odila. Resistir e sobreviver. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 360-381.

FARIAS, Juliana Barreto. Ser escrava de ex-escravos: ensino de história, historiografia e “temas sensíveis”. In: XAVIER, Giovana (org.). **Histórias da escravidão e do pós-abolição para as escolas**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

FERREIRA, Ângela Ribeiro. **Representações da história das mulheres no Brasil em livros didáticos de história**. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2005.

MIRANDA, A. dos R. Reflexões sobre mulheres, gênero e aprendizagem histórica. **Historiæ**, Rio Grande, v. 4, n. 2, p. 103-114, 2013.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HOOKS, bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

LOPES, Adrielly Nascimento Cardoso. **“Somos todas rainhas” (2011): tecnologia de gênero e ensino de história no empoderamento de mulheres negras**. Trabalho de Concurso. Departamento de História: UnB, 2017.

LOURO, Guacyra Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

MACHADO, V.; ABREU., A. P. Z.. Entrecendo leituras: o protagonismo de mulheres negras e o uso de cordéis nas aulas de história da EJA do Colégio de Aplicação da UFRGS. **Revista História Hoje**, v. 6, p. 177-199, 2017.

MISTURA, Letícia e Caimi, Flavia Eloisa. O (não) lugar da mulher no livro didático de história: um estudo longitudinal sobre as relações de gênero e livros escolares (1929-2010). **Aedos**, v.7, n.16, jul. 2015.

MONTAÑO, Eugenia. Los Liex de mémoire: una propuesta historiográfica para el análisis de la memoria. **Historia y Grafia**, núm. 31, 2008. p. 167-192.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. Violência contra mulheres nos livros didáticos de História (PNLD 2018). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, e58426, 2019.

\_\_\_\_\_. Memórias, subjetivação e educação no tempo presente: como as representações de violência sexual são abordadas nos livros didáticos de História? **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 466 - 502, set./dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Violência contra as mulheres: cultura histórica, subjetivação e ensino de histórias do possível. In: Susane Rodrigues de Oliveira; Edlene Silva; Valeska Zanello. (Org.). **Gênero, Subjetivação e Perspectivas Feministas**. Brasília: Technopolitik, 2019, p. 276-308.

PEREIRA, Nilton; SEFFENER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. **Revista História Hoje**, v.7, n.13, 2018, p. 14-33.

\_\_\_\_\_; PAIM, Elison. Para pensar o ensino de história e os passados sensíveis: contribuição do pensamento decolonial. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 32, n. 66, 2018, p. 1229-1253.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 7. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017. Tradução Denise Bottmann.

PINSKY, Jaime. **Escravidão no Brasil**. Editora Contexto, 1992.

RODRIGUES, L.; CUSTÓDIO, V. S.; SIMÃO, L. Uma experiência formativa na residência pedagógica: representação histórica feminina negra em um jogo de cartas. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp. 3, p. 1765-1779, dez. 2020.

SANTOS, Ary Leonan Lima. **Utilização do cordel como ferramenta para o ensino de história: conceitos, repertórios e experiências**. 2018. 99 f. Dissertação (Mestrado). Curso de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2018. Cap. 4.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.